

Egon Bockmann Moreira

Andreia Cristina Bagatin

Sérgio Cruz Arenhart

Marcella Pereira Ferraro

Comentários à Lei de Ação Civil Pública

Comentada e atualizada, artigo por artigo,
à luz da jurisprudência e da doutrina

2ª edição
revista, atualizada e ampliada

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo e Quenia Becker

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitas Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Projetos: Camilla Dantara Ventura

Estagiárias: Bárbara Baraldi Sabino e Stefanie Lopes Pereira

Produção Editorial

Coordenação

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Larissa Gonçalves de Moura

Analistas de Operações Editoriais: Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto e Patricia Melhado Navarra

Analistas de Qualidade Editorial: Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Rafael Ribeiro e Thais Pereira

Estagiárias: Beatriz Fialho, Tainá Luz Carvalho e Victória Menezes Pereira

Capa: *Chrisley Figueiredo*

Adaptação de Capa: Linotec

Controle de Qualidade da Diagramação: Carla Lemos

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Jonatan Souza, Luciano Guimarães, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

GERENTE DE OPERAÇÕES E PRODUÇÃO GRÁFICA

MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Estagiária de Produção Gráfica: Ana Paula Evangelista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Comentários a Lei de Ação Civil Pública / Egon Bockmann Moreira...[et al.]. -- 2. ed. rev., atual. e ampl. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2019.

Outros autores: Andreia Cristina Bagatin, Sérgio Cruz Arenhart, Marcella Pereira Ferraro
Bibliografia.
ISBN 978-85-5321-956-8

1. Ação civil - Brasil 2. Ação pública - Brasil 3. Interesses difusos (Direito) - Brasil I. Moreira, Egon Bockmann. II. Bagatin, Andreia Cristina. III. Arenhart, Sérgio Cruz. IV. Ferraro, Marcella Pereira.

19-30602

CDU-347.922(81)(094.56)

Índices para catálogo sistemático: 1. Brasil : Leis comentadas : Ação civil pública : Processo civil 347.922(81)(094.56) 2. Leis : Ação civil pública : Comentários : Brasil : Processo civil 347.922(81)(094.56)

Cíbele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

SUMÁRIO

AGRADECIMENTO – 2ª EDIÇÃO	5
AGRADECIMENTO	7
APRESENTAÇÃO	9
SIGLAS E ABREVIATURAS	11
ART. 1.º	
1.1. Novos tempos, novos direitos e novos processos	32
1.2. Sociedade de massa, demandas de massa, tutelas de massa	38
1.3. A LACP e a lógica dos processos coletivos	44
1.4. As novas relações de direito material e o processo coletivo	46
1.5. A morte dos contratos bilaterais e da simetria de informações: consequências para os processos coletivos	50
1.6. Alguns dos desafios da LACP: contratos e negócios plurilaterais	52
1.7. Alguns dos desafios da LACP: contratos administrativos	55
1.8. Alguns dos desafios da LACP: contratos relacionais, relações jurídicas multipolares e redes contratuais	58
1.9. <i>Remedies precede rights</i> : a constituição de direitos pelo processo	66
1.10. A LACP e a hermenêutica concretizadora dos processos coletivos	71
1.11. A aplicabilidade da LACP para concessão de qualquer forma de tutela e a importância da técnica antecipatória	74
1.12. Danos, ato ilícito e abuso de direito	79
1.13. Atos ofensivos à moralidade pública ou privada, dano moral e a tutela coletiva	84
1.14. Dano moral coletivo e dano social	90
1.15. A proteção do patrimônio público como proibidade administrativa	101

1.16. Proteção do patrimônio público: direito financeiro.....	103
1.17. Proteção do patrimônio público: direito financeiro e a reserva do possível	107
1.18. Proteção do patrimônio público: direito real administrativo e os bens públicos	112
1.19. Proteção do “patrimônio público e social”	118
1.20. Proteção do patrimônio público: dispensa e inexistência de licitação	119
1.21. Proteção do patrimônio público e a “prescrição da ação civil pública”	124
1.22. LACP, serviços públicos, ordem judicial para licitar, prorrogações e relicitações	128
1.23. Contrato administrativo nulo: vedação ao enriquecimento sem causa da Administração e seus limites.....	133
1.24. Lesão ao patrimônio público e a “relativização da coisa julgada” por meio de ACP	136
1.25. Proteção do meio ambiente ecologicamente equilibrado	146
1.26. Proteção do meio ambiente e os princípios do direito ambiental.....	150
1.27. Proteção do meio ambiente, princípio da precaução e desenvolvimento nacional sustentável.....	154
1.28. Danos ao meio ambiente e responsabilidade objetiva	159
1.29. Proteção do meio ambiente, licitações e contratos administrativos	162
1.30. Proteção do consumidor: a LACP e o desafio dos contratos de consumo ...	164
1.31. A LACP e o direito à cultura: proteção a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico	167
1.32. Direito à cultura, proteção do patrimônio público e tombamento	172
1.33. Proteção da ordem urbanística	176
1.34. Proteção de quaisquer interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos.....	179
1.35. Proteção de direitos individuais homogêneos, procedimento bifásico e sentença condenatória genérica.....	185
1.36. Infrações e danos à ordem econômica	189
1.37. A proteção à honra e à dignidade de grupos raciais, étnicos ou religiosos	196
1.38. LACP, Estatuto da Criança e do Adolescente e Estatuto do Idoso.....	197
1.39. Proteção da pessoa com deficiência	200

1.40. ACP e controle de constitucionalidade.....	204
1.41. ACP e controle de leis anteriores incompatíveis com a Constituição	206
1.42. A proibição quanto a tributos, contribuições previdenciárias, FGTS ou outros fundos.....	207
1.43. ACP e acordos em regimes tributários especiais.....	211
1.44. ACP e o <i>habeas corpus</i>	211
1.45. ACP vs. ADPF e o sistema prisional	212

ART. 2.º

2.1. O “dano” e o foro de propositura da ação	215
2.2. Os critérios constitucionais de determinação da competência: “justiça especializada” vs. “justiça comum” e Justiça Federal vs. Justiça Estadual....	217
2.3. A “competência funcional”: competência territorial absoluta.....	219
2.4. Competência absoluta e “dano multilocal”	221
2.5. Competência territorial absoluta e dimensão geográfica do dano: o art. 93 do CDC.....	222
2.6. Competência originária do STF: causas e conflitos interfederativos	226
2.7. A falta de competência originária dos tribunais para ações civis públicas contra autoridades (a inexistência de prerrogativa de foro).....	228
2.8. Um <i>hard case</i> de definição de competência: transferência de verbas federais.....	230
2.9. Legislação especial.....	233
2.10. A fixação convencional da competência para ações civis públicas.....	234
2.11. Conexão, continência e prevenção: as especificidades das ações coletivas.....	235
2.12. Conexão, reunião de processos coletivos e os §§ 2.º e 3.º do art. 55 do CPC.....	238
2.13. Conexão entre ação coletiva e ação individual?	240
2.14. A litispendência quanto a ações coletivas.....	241
2.15. Ausência de litispendência com ações penais.....	244

ART. 3.º

3.1. A aparente vocação da ACP: reparação de danos	245
3.2. As necessidades impostas pelo direito material e ACP contra o ilícito, independentemente da ocorrência de danos	247

3.3.	As formas de tutela do direito veiculáveis por ACP	250
3.4.	O objeto da ACP: “condenação em dinheiro”, “obrigação de fazer” e “obrigação de não fazer”	253
3.5.	A conjunção “ou” contemplada neste artigo	259
3.6.	Atos contrários à proteção do meio ambiente, danos ambientais e a “cumulação de obrigações” (fazer, não fazer e indenizar).....	260
3.7.	A cumulação de pedidos em ACP.....	261
3.8.	A cumulação de pedidos referentes a direitos transindividuais e individuais homogêneos	268
3.9.	Cumulação de pedidos e o “julgamento antecipado parcial do mérito” ...	269
3.10.	ACP, controle de políticas públicas e deferência.....	270
3.11.	A ACP, políticas públicas e as reformas-construções estruturais.....	276
3.12.	Princípio da demanda e estabilização do objeto do processo no processo coletivo, inclusive estrutural	281

ART. 4.º

4.1.	Alterações legislativas	285
4.2.	Tutela cautelar e antecipação de tutela	286
4.3.	Tutela cautelar, tutela inibitória e tutela de remoção de ilícito.....	289
4.4.	As “medidas cautelares nominadas” e as ações coletivas.....	292
4.5.	A legitimidade <i>ad causam</i> para a cautelar.....	293
4.6.	O atual regime das medidas cautelares nas ações coletivas	294
4.7.	Medidas cautelares e responsabilidade pela concessão indevida.....	295
4.8.	Medidas “cautelares” sobre prova e o CPC atual.....	298

ART. 5.º

5.1.	As condições da ação e o CPC/2015.....	300
5.2.	A ACP e as condições da ação	303
5.3.	A ACP e a prevalência do exame do mérito.....	305
5.4.	A ACP e a possibilidade jurídica do pedido	307
5.5.	A ACP e o interesse processual.....	309

5.6.	A ACP e a legitimidade para postulação de tutela de direitos coletivos ou de massa.....	311
5.7.	Legitimados coletivos, fins institucionais e falta de interesse.....	313
5.8.	A comunicação entre o art. 5.º da LACP e o art. 82 do CDC	314
5.9.	Outras fontes de legitimação: indígenas, sindicatos, partidos políticos, crianças e adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, investidores no mercado de valores mobiliários	316
5.10.	A ACP e a legitimação extraordinária concorrente e disjuntiva	320
5.11.	ACP, legitimação extraordinária e litisconsórcio entre os colegitimados...	321
5.12.	ACP, legitimação extraordinária e assistência	323
5.13.	ACP e a participação de titulares dos direitos individuais homogêneos	326
5.14.	ACP, pluralidade de interesses e o <i>amicus curiae</i>	328
5.15.	A missão constitucional do Ministério Público	330
5.16.	A legitimidade do Ministério Público	334
5.17.	A legitimidade do Ministério Público e os direitos individuais homogêneos	336
5.18.	O Ministério Público, a defesa do “patrimônio público e social” e seus limites	344
5.19.	Ministério Público e os princípios da unidade, indivisibilidade e independência funcional	347
5.20.	Ministério Público como <i>custos iuris</i> : dever de intimação	349
5.21.	Ministério Público como <i>custos iuris</i> e a duplicidade de órgãos.....	350
5.22.	Legitimidade concorrente do Ministério Público Estadual e Federal	352
5.23.	A organização interna do Ministério Público e a atribuição para ajuizamento da ACP.....	354
5.24.	A legitimidade do Ministério Público do Trabalho.....	355
5.25.	A missão constitucional da Defensoria Pública	359
5.26.	Defensoria Pública e mandado de segurança coletivo	365
5.27.	A contagem de prazos para Ministério Público e Defensoria Pública	367
5.28.	A legitimidade da União, Distrito Federal, Estados e Municípios.....	368
5.29.	A legitimidade de autarquia, fundação, empresa pública e sociedade de economia mista.....	371

5.30. A legitimidade da OAB	373
5.31. A legitimidade de órgãos despersonalizados.....	374
5.32. A legitimidade das associações	376
5.33. A (des)necessidade de autorização dos associados	379
5.34. A legitimidade de sindicatos e a autorização dos sindicalizados.....	384
5.35. Polo passivo da ACP, reconvenção e ação rescisória contra a coletividade ou o grupo.....	386
5.36. Polo passivo da ACP, litisconsórcio e coletivização passiva.....	393
5.37. ACP e denunciação da lide	400
5.38. Desistência infundada e abandono da ACP	401
5.39. O Termo de Ajustamento de Conduta (TAC).....	403
5.40. O TAC como título executivo	411
5.41. O TAC e a ACP	414
5.42. O TAC, sua blindagem e seus limites	415

ART. 6.º

6.1. Faculdade e dever: a regra dirigida à generalidade das pessoas e a dirigida aos servidores públicos	421
6.2. A faculdade outorgada às pessoas em geral	422
6.3. Servidores públicos e a relação administrativa especial.....	424
6.4. Distinções entre dever, obrigação e ônus: a norma dirigida aos servidores públicos.....	425
6.5. Dever jurídico sem sanção pelo descumprimento?	426
6.6. As possíveis sanções decorrentes da infração ao dever jurídico do art. 6.º...	427
6.7. A função secundária do art. 6.º: proteção ao servidor que denuncie ...	429

ART. 7.º

7.1. Juízes como servidores públicos em sentido amplo	431
7.2. O destinatário da norma em questão: a “instituição” Poder Judiciário...	431
7.3. Remessa de peças e remessa dos autos	432
7.4. Dever de comunicação e o CPC/2015	433
7.5. Dever do réu de informar a existência de demandas repetitivas	435

ART. 8.º

8.1.	O direito fundamental de acesso a informações públicas e de obtenção de certidões.....	437
8.2.	A Lei de Acesso à Informação.....	440
8.3.	O “poder” de requisição e o controle da prerrogativa de solicitar informações.....	442
8.4.	Assimetria informacional e dever de prestar informação: relevância para a LACP.....	444
8.5.	O inquérito civil.....	446
8.6.	Inquérito civil, contraditório e provas.....	447
8.7.	O inquérito civil e a Resolução CNMP 23/2007.....	453
8.8.	O inquérito civil e o princípio da publicidade.....	457
8.9.	Inquérito civil, justiça especializada e atribuições do Ministério Público	458
8.10.	A possibilidade de edição de recomendação administrativa.....	460
8.11.	A expedição de recomendação administrativa e a Resolução CNMP 164/2017.....	464
8.12.	As outras espécies de procedimentos cíveis instaurados pelo Ministério Público: notícia de fato e procedimento administrativo.....	466

ART. 9.º

9.1.	O âmbito de aplicação do dispositivo: procedimentos cíveis.....	469
9.2.	O arquivamento por ausência de “justa causa”.....	470
9.3.	O arquivamento como consequência da realização da tutela do direito	471
9.4.	O arquivamento e as hipóteses de decadência do direito ou prescrição da pretensão.....	472
9.5.	Arquivamento, improbidade administrativa e o princípio da insignificância.....	474
9.6.	O rito do arquivamento.....	478
9.7.	A preservação da independência funcional do membro do Ministério Público.....	479
9.8.	A parcial promoção de arquivamento.....	480
9.9.	Os efeitos do arquivamento do inquérito civil.....	481

9.10. O arquivamento das outras modalidades de procedimentos instaurados pelo Ministério Público: notícia de fato e procedimento administrativo.....	481
--	-----

ART. 10.

10.1. O bem jurídico tutelado pelo tipo penal.....	485
10.2. Tipo objetivo.....	486
10.3. Tipo subjetivo.....	491
10.4. Consumação e tentativa.....	492
10.5. A suspensão condicional do processo.....	493
10.6. Sujeito ativo e sujeito passivo.....	493
10.7. O conflito aparente de normas penais.....	493

ART. 11.

11.1. A preferência pela tutela específica.....	495
11.2. “Execução específica” e “multa diária”: a atipicidade dos meios executivos.....	496
11.3. A atipicidade dos meios executivos e as prestações pecuniárias.....	498
11.4. Fungibilidade das técnicas executivas.....	499
11.5. A atipicidade dos meios executivos e os deveres instrumentais.....	500
11.6. A natureza da multa prevista no dispositivo.....	501
11.7. Emprego <i>ex officio</i> da multa ou outra técnica executiva.....	502
11.8. Multa exorbitante ou irrisória.....	502
11.9. O sujeito passivo da multa.....	505
11.10. Cominação da multa: obrigatoriedade vs. faculdade.....	506
11.11. O destinatário dos valores decorrentes da aplicação da multa.....	508
11.12. A cobrança do valor da multa: necessidade de procedimento de execução?.....	509
11.13. A cobrança do valor da multa e a Súmula 410 do STJ.....	511
11.14. Multa coercitiva e ação coletiva em matéria de saúde – recurso repetitivo REsp 1.621.945/AC.....	514

ART. 12.

12.1. Mandado liminar: natureza cautelar ou satisfativa	515
12.2. Requisitos para concessão da liminar de urgência: a probabilidade e o perigo	516
12.3. A cogitação sobre as consequências do deferimento da liminar contra o Poder Público e a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro	518
12.4. Perigo de irreversibilidade	519
12.5. Improbidade administrativa, indisponibilidade de bens e perigo de dano	519
12.6. A exigência de requerimento da parte	520
12.7. Fungibilidade e plasticidade da medida de urgência	522
12.8. Decisão <i>inaudita altera parte</i> e justificação prévia	523
12.9. Tutela antecipada coletiva requerida em caráter antecedente	525
12.10. Tutela coletiva de evidência	527
12.11. Liminar em litígios coletivos pela posse de imóveis	528
12.12. Liminares contra o Poder Público	529
12.13. LACP, liminares e prazo para cumprimento da ordem judicial	533
12.14. Liminares de âmbito nacional	534
12.15. Recorribilidade da decisão que aprecia o pedido de liminar	535
12.16. Reforma vs. suspensão da decisão liminar: agravo de instrumento e pedido de suspensão	536
12.17. O pedido de suspensão: cabimento	538
12.18. O pedido de suspensão: legitimidade ativa	539
12.19. O pedido de suspensão: prazo, competência e procedimento	540
12.20. Atipicidade dos meios executivos para atuação da liminar	541
12.21. A exigibilidade da multa prevista no dispositivo	541

ART. 13.

13.1. A origem dos valores destinados ao Fundo de Defesa de Direitos Difusos	545
13.2. A destinação de valores relativos à condenação por lesão ao patrimônio público em sentido estrito	547

13.3. A inspiração para criação do fundo: <i>fluid recovery</i>	548
13.4. A “concorrência” do Fundo de Defesa de Direitos Difusos com outros fundos	548
13.5. O processo coletivo-estrutural e a destinação do valor da multa	550
13.6. A destinação dos valores recolhidos ao fundo	552
13.7. O uso dos valores recolhidos ao Fundo para programas educacionais, execução de atividades de competência da Administração Pública e custeio de perícias.....	556
13.8. O conselho gestor do fundo e a cogestão com o Conselho Nacional de Promoção de Igualdade Racial	557
13.9. A previsão da Resolução CNMP 179/2017	558

ART. 14.

14.1. Recursos no sistema da ação civil pública	559
14.2. Regra geral: cumprimento imediato das decisões.....	559
14.3. Cumprimento provisório da decisão proferida em ação civil pública.....	560
14.4. “Dano irreparável” para a outorga de efeito suspensivo aos recursos	563
14.5. Modulação do efeito suspensivo <i>ope iudicis</i>	564
14.6. Desistência de recursos e renúncia ao direito de recorrer em ações coletivas	565
14.7. Reexame necessário	566
14.8. Efeito suspensivo em apelação	566
14.9. Efeito suspensivo em recurso especial e recurso extraordinário	567
14.10. O efeito suspensivo dos recursos vs. a suspensão de liminar e de decisão final.....	568

ART. 15.

15.1. O cumprimento de sentença na LACP	570
15.2. Efetivação de sentenças sobre direitos difusos e coletivos.....	570
15.3. Cumprimento de sentenças coletivas a respeito de direitos individuais homogêneos.....	570
15.4. Execução, direitos transindividuais e condenação certa	572
15.5. Execução, direitos individuais homogêneos e condenação genérica....	572

15.6. Legitimidade ativa para o cumprimento de título judicial coletivo.....	575
15.7. Legitimidade ativa para o cumprimento de outros títulos judiciais	576
15.8. Cumprimento por iniciativa dos legitimados coletivos, direitos individuais homogêneos e o prazo de um ano.....	576
15.9. Execução por sindicatos e dispensa de autorização	578
15.10. Execução individual e dispensa de vínculo com a entidade associativa, inclusive sindical, ou autorização à sua anterior atuação em juízo.....	580
15.11. Execução individual, legitimidade da Defensoria Pública para a ACP e exequente não hipossuficiente.....	585
15.12. Execução e legitimidade ativa em TACs	589
15.13. Execução de decisões do Tribunal de Contas e legitimidade do Ministério Público	591
15.14. Execução e legitimidade passiva.....	592
15.15. Competência para liquidações e execuções individuais da decisão coletiva.....	593
15.16. Execução individual e prazo prescricional	596
15.17. Discussão sobre a legitimidade para execução coletiva e o prazo para execução individual.....	600
15.18. Execução individual contra a Fazenda Pública e interrupção do prazo prescricional	602
15.19. Execução individual e honorários advocatícios	603
15.20. Execução individual e termo inicial dos juros de mora.....	605
15.21. Execução individual, condenação genérica e a multa de 10% do art. 523, § 1.º, do CPC.....	607
15.22. Execução individual e a vedação do art. 100, § 8.º, da Constituição – ARE 925.754-RG/PR.....	609
15.23. Conversão das ações individuais em liquidação e execução da decisão coletiva genérica	611
15.24. Inadequação da via do mandado de segurança para cumprimento individual de TAC ou decisão coletiva	613
15.25. Liquidação/execução individual: não inclusão de verbas não constantes da condenação genérica – REsps 1.392.245/DF e 1.372.688/SP.....	614
15.26. Execução individual da decisão coletiva: necessidade de prévia liquidação vs. cálculos aritméticos.....	615

15.27. Ausência de interrupção ou suspensão do prazo prescricional para cumprimento em razão de demora ou dificuldade no fornecimento de fichas financeiras – REsp 1.336.026/PE.....	617
15.28. RE 612.043/PR: discussão alheia ao processo coletivo.....	619
15.29. RE 612.043/PR e sua aplicação pelo STJ	623

ART. 16.

16.1. Panorama da coisa julgada nas ações coletivas.....	627
16.2. Eficácia da decisão vs. coisa julgada	630
16.3. Eficácia da decisão, competência territorial do órgão prolator e o foro para ajuizamento das execuções individuais	632
16.4. Os diferentes entendimentos do STJ quanto à “coisa julgada <i>erga omnes</i> , nos limites da competência territorial do órgão prolator”	634
16.5. Inconstitucionalidade da limitação territorial	640
16.6. Limitação territorial e as regras de competência do art. 93 do CDC....	645
16.7. Direitos individuais homogêneos e coisa julgada para os legitimados coletivos – REsp 1.302.596/SP.....	647
16.8. Direitos individuais homogêneos: da coisa julgada à isonomia	649
16.9. Aproveitamento da “coisa julgada <i>erga omnes</i> ” no processo individual e a exigência de prévia suspensão (art. 104 do CDC)	650
16.10. Mandado de segurança, direitos individuais homogêneos e coisa julgada	655
16.11. Coisa julgada, improcedência por insuficiência de provas e direitos individuais homogêneos – REsp 1.302.596/SP	659
16.12. Formação de coisa julgada <i>secundum eventum probationis</i>	663
16.13. Mandado de segurança e improcedência por falta de provas	666
16.14. O transporte <i>in utilibus</i> da coisa julgada: da coisa julgada sobre pretensão à coisa julgada sobre questão	667
16.15. Coisa julgada e improbidade administrativa	669
16.16. Art. 104 do CDC e exclusão do grupo em razão de transação administrativa individual.....	673
16.17. Art. 104 do CDC: aproveitamento da interrupção da prescrição pela ação coletiva e a exigência de prévia suspensão	673
16.18. Afastamento da limitação territorial pelo STJ: EREsp 1.134.957/SP	679

16.19. Reiteração do afastamento da limitação territorial: EREsp 1.134.957/SP e decisões posteriores	682
16.20. Afastamento da limitação territorial: “coisa julgada <i>erga omnes</i> ” e direito fundamental à saúde.....	684
16.21. Afastamento da limitação territorial e falta de delimitação expressa da abrangência da decisão coletiva.....	690
16.22. RE 612.043/PR: discussão alheia à limitação territorial de decisão coletiva.....	693

ART. 17.

17.1. A presunção de boa-fé da litigância	697
17.2. A litigância de má-fé e a LACP	698
17.3. O diálogo entre o art. 17 da LACP, o art. 80 do CPC e o art. 28 da LINDB	699
17.4. A natureza jurídica da condenação, a sanção processual e o contraditório prévio	700

ART. 18.

18.1. Dispensa do adiantamento de custas: exclusividade da parte autora e aplicabilidade a qualquer legitimado coletivo	703
18.2. Dispensa do adiantamento e despesas dos auxiliares do juízo	704
18.3. Isenção de despesas e execução individual de sentença coletiva.....	706
18.4. Os benefícios da justiça gratuita e a pessoa jurídica.....	706
18.5. Isenção de “taxas judiciárias”	706
18.6. Fixação de honorários de sucumbência em favor do Ministério Público ...	707
18.7. Honorários advocatícios e simetria.....	708
18.8. Os ônus da demanda e a comprovada má-fé	709

ART. 19.

19.1. O CPC como “legislação residual”	711
19.2. “Tutela provisória” em ação civil pública	713
19.3. Aplicação do art. 19 à ação de improbidade administrativa	713
19.4. CPC e prova emprestada em ACP	713

19.5. CPC e atos instrutórios concertados.....	715
19.6. A prova indiciária e a prova estatística ou por amostragem no processo coletivo	717
19.7. ACP, procedimento comum e a necessidade de adequação procedimental ao caso concreto.....	718

ART. 20.

20.1. A regulamentação do fundo de direitos difusos	721
20.2. Outros fundos	722

ART. 21.

21.1. O CDC e sua harmonização com a LACP.....	723
21.2. A interpretação no microsistema e a maior efetividade da tutela coletiva	724
21.3. A redação ampliativa dos direitos protegidos pela LACP	726
21.4. O CDC e os direitos individuais homogêneos.....	727
21.5. Os direitos individuais homogêneos e sua “relevância social”	728
21.6. O CDC e a invalidação de cláusulas contratuais	729
21.7. O CDC e a distribuição do ônus da prova.....	730

ART. 22.

22.1. Aplicabilidade imediata de novas normas processuais	733
22.2. LIA e fatos anteriores à tipificação das condutas ímprobas	734

ART. 23.

23.1. Carência de boa técnica legislativa	735
---	-----

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	737
---	------------

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO	755
--	------------

AUTORES.....	768
---------------------	------------